

EMBAIXADA DO BRASIL EM VIENA

RELATÓRIO DE GESTÃO

EMBAIXADOR RICARDO NEIVA TAVARES

Transmito, a seguir, versão simplificada de relatório de gestão da embaixada e missão permanente do Brasil junto a organismos internacionais em Viena (novembro de 2016-junho de 2018).

Ao assumir a chefia da embaixada do Brasil em Viena, em novembro de 2016, a Áustria encontrava-se em situação política peculiar, com o país temporariamente sem presidente federal. As eleições para o cargo, cujo primeiro turno ocorreria em abril daquele ano, haviam eliminado da disputa os candidatos dos dois principais partidos do país e integrantes da coalizão governamental, o Partido Popular da Áustria (ÖVP) e o Partido Social Democrático (SPÖ). A votação do segundo turno, em 22 de maio, disputada entre Norbert Hofer, do partido populista de direita FPÖ (Partido da Liberdade), e Alexander Van der Bellen, candidato independente, mas ligado ao Partido Verde, fora anulada, em razão de problemas na apuração dos votos postais. Não obstante tratar-se de disputa por cargo de caráter sobretudo protocolar, vinha sendo ela acompanhada com preocupação por outros países da UE, em cenário marcado pelo crescimento de partidos populistas e antieuropeus no continente. A vitória afinal alcançada por Van der Bellen foi recebida com alívio em várias capitais europeias.

2. A derrota no pleito presidencial de 2016 não impediu, contudo, que o FPÖ mantivesse sua trajetória de crescimento neste país. Novo programa de trabalho, acordado entre o SPÖ e o ÖVP, não foi capaz de assegurar à já desgastada coalizão governamental a sobrevida pretendida. Em maio de 2017, o então vice-chanceler federal e líder do ÖVP, Reinhold Mitterlehner, anunciou sua renúncia aos cargos, em razão de "frustração relativa a disputas intrapartidárias e ao confronto quase permanente dentro da coalizão governista". Eleito como novo líder do ÖVP, o então ministro das Relações Exteriores, Sebastian Kurz, impôs diversas condições para assumir o cargo, com vistas a renovar o ÖVP, caracterizá-lo como "movimento político" e com isso angariar o apoio de personalidades austriacas fora do partido.

3. A assunção de Kurz marcou ponto de inflexão no cenário político local. As mudanças transmitiram ao público imagem de

renovação no partido, que passou a liderar as pesquisas eleitorais. A conquista de eleitores deveu-se, igualmente, às posições duras adotadas por Kurz durante sua gestão como ministro do Exterior, no tocante ao tema dos refugiados e migrantes, bem como sua forte oposição à entrada da Turquia na UE e seu discurso em prol da retomada de controle pelos países do bloco sobre questões de regulação. Registre-se, a esse respeito, que mesmo o SPÖ foi obrigado a endurecer seu discurso sobre a questão migratória, no contexto das eleições parlamentares, antecipadas para outubro de 2017.

4. A vitória do ÖVP (31,5% dos votos) nesse pleito, seguido pelo SPÖ (26,9%) e pelo FPÖ (26%), deu início às negociações para a formação de novo governo. A coalizão finalmente acordada entre ÖVP-FPÖ, sob a liderança de Kurz, consolidou guinada para a direita do ÖVP e a passagem do SPÖ para a oposição. Foi, contudo, recebida com cautela e circunspeção por líderes europeus (diferentemente do ocorrido em 2000, quando a assunção do FPÖ ao governo, em cenário político europeu distinto do atual) ocasionou sanções da UE à Áustria.

5. Assim como a nova ministra das Relações Exteriores, Karin Kneissel, o novo chanceler tem atuado no sentido de assegurar a seus parceiros na UE, especialmente Alemanha e França, que a Áustria reconhece e valoriza sua presença no bloco. Tem mantido, ao mesmo tempo, a defesa da subsidiariedade no que respeita às regulações e decisões hoje aprovadas em Bruxelas. O presidente austriaco, por sua parte, tem buscado atuar como contraponto aos aspectos mais nacionalistas e polêmicos do discurso e de iniciativas da atual administração.

6. Da perspectiva econômica, a nova administração tem buscado levar adiante agenda liberal, com foco na austeridade fiscal e redução do déficit orçamentário, desoneração da carga tributária de empresas e reforma dos sistemas de proteção social, saúde e educação superior.

7. Em 1º de julho próximo, a Áustria assumirá a presidência do Conselho da União Europeia. O país escolheu como lema para seu mandato "Uma Europa que protege" e anunciou três temas prioritários: segurança e imigração; competitividade e digitalização; e estabilidade no entorno regional. O chanceler Kurz vem enfatizando o fortalecimento das fronteiras externas da UE, tema de todos os encontros bilaterais com outras lideranças europeias. A atuação da Áustria também deverá ser pautada por seu tradicional objetivo de procurar "construir pontes" entre o leste e o oeste, bem como pelo interesse em

manter estreita relação com os países de seu entorno na Europa Central.

II - CONJUNTURA ECONÔMICA

8. Detentora de um dos mais altos níveis de desenvolvimento, renda per capita e coesão social no mundo, a Áustria destaca-se por sua economia forte, com base industrial sólida e atuação em setores tecnológicos de ponta, como máquinas e equipamentos e indústrias automotiva, metal-mecânica, farmacêutica e química. Parcada majoritária do PIB austriaco (54% em 2017) é gerada pela exportação de bens e serviços, sendo a Europa responsável por 70% de seu mercado externo. A economia austriaca apresentou bom desempenho em 2017, com crescimento de 2,9%, ante 1,5% em 2016. Os setores com melhores resultados foram os de manufatura, construção civil e serviços. As previsões são de que a Áustria crescerá 3,2% em 2018 e 2,2% em 2019. Da mesma forma, estima-se que o índice de desemprego deverá cair para 7,7% neste ano e 7,3% em 2019.

III - RELAÇÕES BRASIL-ÁUSTRIA

9. As relações bilaterais são marcadas pela cordialidade e correção, sem fricções ou temas contenciosos. Ambos os países compartilham laços históricos, que remontam ao casamento, em 1817, da Arquiduquesa Leopoldina de Habsburgo com o futuro imperador do Brasil, Dom Pedro I. No século XX, cabe destacar a iniciativa do Brasil, na 7ª. Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1952, em favor do pleno restabelecimento da soberania austriaca.

10. O Brasil e a Áustria compartilham e defendem no, plano internacional, valores e objetivos comuns, como democracia e estado de direito, direitos humanos, multilateralismo, desarmamento nuclear e proteção do meio ambiente. Essa convergência de posições ficou particularmente em evidência em 2017, quando os dois países copatrocinaram a iniciativa que resultou na assinatura, em julho daquele ano, do Tratado para a Proibição das Armas Nucleares.

- Visitas e diálogo político bilateral

11. Ao apresentar, no início de 2017, minhas credenciais ao presidente Van der Bellen, transmiti-lhe convite para visitar o Brasil, acompanhado de membros do governo e de missão empresarial, que foi aceito com grande interesse. No início de 2018, estendi o convite também à recém-empossada ministra do Exterior, Karin Kneissl, que o acolheu positivamente.

12. Foi realizada, em março de 2017, em Viena, a V reunião de consultas políticas bilaterais, ao amparo do Memorando de Entendimento sobre Consultas Políticas (2008). As delegações, chefiadas, respectivamente pelo Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos Multilaterais, Europa e América do Norte, e seu homólogo, o diretor-geral para Assuntos Internacionais do Ministério do Exterior, passaram em revista temas bilaterais como comércio e investimento; acordos em negociação; e questões regionais. O diretor-geral foi convidado a realizar a VI Reunião de consultas em Brasília.

- Gestões em favor de candidaturas ou temas de interesse brasileiro

13. Durante o curto período em que estive à frente da embaixada, foram feitas numerosas gestões junto ao governo austriaco em favor de candidaturas brasileiras. A Áustria apoiou todas as candidaturas apresentadas. Destaco também as gestões que fiz em favor da negociação do acordo de associação Mercosul-UE, no Ministério do Exterior e na Chancelaria Federal. Acompanhado dos demais embaixadores do Mercosul em Viena, mantive reuniões com o presidente da Federação das Indústrias Austríacas e com o vice-presidente da Câmara de Comércio e Economia Austríaca, com resultados positivos. Essa última instituição expressou, em carta dirigida ao então Ministro da Ciência, Pesquisa e Economia, Harald Mahrer, apoio à negociação e o interesse em sua conclusão exitosa.

14. Realizei, igualmente, gestões junto ao Ministério do Exterior e à Chancelaria Federal em favor do início do processo de adesão do Brasil à OCDE. A posição da Áustria, inicialmente reticente em relação à candidatura brasileira, teve evolução favorável ao pleito do país. Tendo em vista o excelente nível das relações bilaterais e o apoio da Áustria às mais diversas candidaturas brasileiras em organismos multilaterais, tive especial satisfação ao apresentar proposta, aceita pelo lado austriaco, de apoio recíproco entre o Brasil e a Áustria para as candidaturas de ambos os países a assento não permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, nos biênios 2022-23 e 2027-28, respectivamente.

- Marco institucional

15. Busquei dar seguimento e, quando possível, concluir a negociação e implementação de acordos bilaterais que contribuirão para adensar o relacionamento entre o Brasil e a Áustria em áreas de particular relevância. O Acordo-Quadro de

Cooperação nos Domínios da Educação e da Educação Superior, assinado em 2013, foi aprovado pelo Congresso brasileiro e entrou em vigor em outubro de 2017. O Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica, cuja negociação teve início em 2013, poderá ser assinado brevemente. Busquei promover igualmente, nessa área, a cooperação entre instituições científicas brasileiras e austriacas. Em reunião que mantive com o presidente da Academia Austriaca de Ciências, Doutor Anton Zeilinger, meu interlocutor manifestou interesse em firmar parceria com entidade brasileira congênere. Após contatos do posto com a Academia Brasileira de Ciências, foram trocadas propostas de Memorando de Entendimento. A Academia Austriaca examina, atualmente, texto redigido pela entidade brasiliense, em coordenação com a embaixada. O Acordo sobre Previdência Social, cuja negociação atendeu a antiga reivindicação da comunidade brasileira neste país, encontra-se praticamente pronto para assinatura. As negociações de Acordo sobre Cooperação Cultural encontram-se em estágio adiantado e aguardam reação das autoridades austriacas à última proposta de texto apresentada pelo Brasil, para concluir o processo. Observei, por fim, após consultas informais, confirmação do interesse austriaco em dar início à negociação de acordo que permita o reconhecimento recíproco e a conversão de carteiras de habilitação.

- Difusão cultural

16. Em 2017, em função da celebração do bicentenário do casamento de Dona Leopoldina com Dom Pedro e da missão científico-cultural que acompanhou a princesa ao Brasil, a embaixada copatrocínou com instituições austriacas (Ministério do Exterior, Museu de História Natural de Viena, Academia de Belas Artes de Viena) diversos eventos. Busquei, nessas ocasiões, tornar o Brasil mais conhecido neste país e ressaltar os diversos laços e as importantes relações que nos unem. Com os mesmos objetivos, realizei com a rede pública de televisão ÖRF dois programas para mostrar a residência oficial ao público austriaco, que muito valoriza os prédios históricos de Viena. Vale também destacar a reabertura, em outubro daquele ano, do "Welt museum" ("Museu do Mundo"), com sala dedicada ao Brasil. Trata-se, de instituição que abriga, possivelmente, a mais importante coleção etnológica brasileira no exterior, fato pouco conhecido nos dois países.

17. Ciente da grande importância que é dada, na Áustria, à cultura de forma geral, e à música em particular, procurei dar especial atenção a essa área da atuação diplomática brasileira.

Realizei, na residência oficial, dois concertos com as pianistas brasileiras Loraine Balen Tattó e Tamara Ujakova, que executaram peças de grandes nomes da música erudita nacional. A próxima apresentação deverá ocorrer no início de agosto, com o Quarteto Atlas (formado por músicos da Orquestra do Teatro Municipal do Rio de Janeiro), que também tocará apenas peças de compositores brasileiros. Em novembro de 2017, participei, como concertista, de evento benéfico em prol da organização "SOS Kinder", promovido anualmente pelo Ministério do Exterior, na tradicional sala de concertos "Musikverein", durante o qual toquei, entre outras, peça de Vila Lobos para piano. A iniciativa, que me tinha sido mencionada pelo presidente Van der Bellen na minha entrega de credenciais, contribuiu para divulgar a música brasileira e facilitou ainda mais contatos e acesso a altas autoridades, além de angariar simpatia pelo Brasil. Também nesse espírito, formei - juntamente com o chefe de gabinete da ministra do Exterior, bem como a diretora-geral para Cultura e o diretor da área de orçamento do mesmo ministério - grupo para tocar música popular brasileira, cuja primeira apresentação está prevista para o final do corrente mês de junho, em Viena.

18. Registro, com especial satisfação a abertura do Espaço Cultural da embaixada, em local antes ocioso no subsolo da residência. O local dá ao posto autonomia para promover atividades culturais, a custo reduzido, sem a necessidade de pagamento de aluguel ou outras condicionantes. Sua inauguração teve lugar em 22 de novembro de 2017, com exposição de obras do artista brasileiro Daniel Azulay. Depois dela, já foram realizadas mais duas exposições e atualmente está em curso mostra do artista Luiz Martins. A quinta exposição será aberta em outubro, com fotografias de arquitetura brasileira do fotógrafo italiano Massimo Listri. Vale notar que todas as exibições vêm sendo realizadas com patrocínios locais. O novo Espaço passou a contar, recentemente, com sala reservada a atividades voltadas para o ensino e difusão da língua portuguesa, em atendimento a pedidos da comunidade brasileira em Viena. Destaco, por fim, a retomada da recepção de 7 de setembro, em 2017, com a presença de mais de 500 convidados na residência oficial e a continuidade dada, durante minha gestão, à realização da Semana Brasileira de Literatura (VI edição), bem como ao apoio financeiro prestado à participação de diretores brasileiros no festival internacional de cinema "Viennale".

- Relações econômico-comerciais

19. O Brasil foi o 27º parceiro comercial da Áustria em 2017 e respondeu por 0,3% do comércio exterior do país. O intercâmbio bilateral, tradicionalmente modesto (o valor máximo foi registrado em 2011, quando alcançou US\$ 1,89 bilhão) e superavitário para a Áustria, teve redução de 8% em 2017 na comparação com o ano anterior, em função da queda da importação de produtos austriacos pelo Brasil. Segundo dados do MDIC, as exportações brasileiras aumentaram 54,6% (US\$ 137,35 milhões) e as importações tiveram queda de 13,2% (US\$ 912,5 milhões) em 2017. O déficit comercial brasileiro teve redução de 19,5%. Registre-se que os produtos manufaturados e semimanufaturados (ferro e aço e cabos de poliésteres; bronze, camisas de cilindro para motores a diesel) compuseram 90% do valor das exportações brasileiras para a Áustria.

20. Constitui aspecto relevante do relacionamento bilateral no plano econômico o fato de ser a Áustria um dos principais destinos de investimentos brasileiros diretos (IBD), segundo dados do BACEN. Até 2013, o país ocupava a primeira posição. Atualmente, encontra-se em quarto lugar, com estoque de US\$ 35 bilhões (11,5% do total), mas em segundo lugar em investimentos não financeiros, atrás dos Países Baixos. As principais empresas brasileiras presentes na Áustria são: Banco do Brasil, BRF Foods, Celulose Eldorado, Citrosuco, CSN, Fibria Internacional, Intercement (Camargo Correa), Magnesita Refractories, Nitroquímica, OAS Energy, Odebrecht Oil & Gas, Sotreq, Vale Internacional, Votorantim e WEG.

21. Em sua maioria, os fluxos de IBD em direção a este país não estão voltados primariamente para a produção de bens, à exceção dos investimentos dos grupos WEG e Fibria. Grandes empresas brasileiras constituem "holdings" ou "trading companies", com vistas a centralizar na Áustria os registros de movimentações financeiras ou comerciais em escala europeia ou global. Tais iniciativas decorrem da existência de acordo Brasil-Áustria para evitar a bitributação, e de condições oferecidas pela legislação austriaca, que possibilita deduzir do lucro tributável eventuais prejuízos em terceiros países. De todo modo, durante minha gestão, procurei aproximar as empresas brasileiras de bancos e empresas austriacas e dos BRICS, por meio de diferentes eventos.

22. A embaixada elaborou estudo sobre setores com maior potencial para aumentar as exportações brasileiras para a Áustria. Realizou-se cruzamento de pauta que identifica (a) os setores e os produtos em que o Brasil possui vantagens comparativas no mercado local; (b) o potencial não explorado

pelo setor produtivo brasileiro; e (c) os principais concorrentes do Brasil e a participação brasileira no mercado austriaco, para cada um dos 59 produtos identificados. No contexto da retomada do crescimento da economia brasileira, a embaixada participou, em maio último, na Câmara de Economia e Comércio Austríaca (WKÖ), de seminário sobre conjuntura econômica e oportunidades comerciais e de investimentos no Brasil.

- Setor consular

23. A comunidade brasileira na Áustria está estimada em sete a oito mil pessoas. Há, ademais, fluxo anual de turistas brasileiros da ordem de oitenta mil nacionais. Existem atualmente na Áustria 2 477 eleitores aptos a votar na próxima eleição. Há cinco consulados honorários: Bregenz, em Vorarlberg, Graz, na Estíria, Innsbruck, no Tirol, Linz, na Alta Áustria e Salzburgo, em Salzburgo. Tais representações apoiam o posto de maneira muito satisfatória.

24. Desde 2015, o posto tem contrato de assistência jurídica consular. Além de apoio em casos concretos de brasileiros em dificuldades, os serviços da advogada contratada mostraram-se úteis para orientação de temas jurídicos de interesse de brasileiros aqui residentes. Em novembro de 2017, o posto sediou palestra sobre direito da família, proferida pela mencionada advogada e dirigida à comunidade brasileira na Áustria. Em razão da boa acolhida da iniciativa, nova palestra deverá ser realizada no ano em curso. Registro, com satisfação, que o setor consular é reconhecido pela cordialidade, gentileza, eficiência e rapidez no atendimento prestado por seus funcionários, como indicado pelos elogios recebidos na caixa da ouvidoria consular da embaixada.

IV - ÁREA MULTILATERAL

25. O posto tem a peculiaridade de ser, ao mesmo tempo, embaixada bilateral e representação permanente junto a organizações internacionais em Viena. Além das cartas credenciais ao governo austriaco, o chefe do posto é formalmente acreditado junto (i) ao Escritório das Nações Unidas em Viena (UNOV), em cujo âmbito encontram-se o UNODC (Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime) e o UNOOSA (Escritório das Nações Unidas para Assuntos do Espaço Exterior), (ii) à Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO) e (iii) à Academia Internacional Anticorrupção (IACA). O posto acompanha também

as atividades de Comissão das Nações Unidas para o Direito Comercial Internacional (UNCITRAL) e da organização "Sustainable Energy for All" (SEforALL), bem como de instituições das quais o Brasil não é membro mas cuja agenda tem relevância para o país, como a OPEP. Durante minha gestão, procurei incentivar a contratação de nacionais brasileiros pelos organismos das Nações Unidas em Viena.

UNODC

26. Dirigido, desde 2010, pelo embaixador Yury Fedotov (Rússia), que também é o responsável pelo UNOV, o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) atua como secretariado de duas comissões funcionais do ECOSOC: a Comissão de Entorpecentes (CND) e a Comissão de Prevenção do Crime e Justiça Criminal (CPCJC). A CND é o órgão responsável pela implementação das três convenções internacionais sobre drogas (Convenção Única sobre Entorpecentes, de 1961; Convenção sobre Substâncias Psicotrópicas, de 1971; e Convenção contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas, de 1988). A CPCJC é responsável pelo tratamento de ampla gama de temas relacionados à prevenção do crime, justiça criminal e corrupção (além de terrorismo, no que tange à cooperação técnica para capacitação dos estados). Ademais das duas comissões, o UNODC secretaria as Conferências das Partes da Convenção contra o Crime Organizado Transnacional (UNTOC) e da Convenção contra a Corrupção (UNCAC). Um diplomata do posto é responsável pelo acompanhamento de todos os assuntos, reuniões e eventos do Escritório, bem como das atividades da Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes (JIFE).

27. Ao assumir a chefia do posto, permanecia sem solução - não obstante os significativos esforços realizados por meu antecessor - o problema da adequação da taxa de administração, cobrada pelo UNODC (13%) em atividades de cooperação técnica no Brasil, à legislação brasileira (que estipula teto de 5%). A impossibilidade legal de pagar o percentual estipulado pelas Nações Unidas impedia que o Escritório de Ligação e Parceria (LPO) do UNODC em Brasília, inaugurado em 2013, desse início à implementação de projetos de cooperação no âmbito nacional, e, em decorrência, suscitava crescentes questionamentos sobre a sua função e viabilidade. Após repetidas gestões minhas junto ao diretor-executivo do UNODC, logrou-se encontrar solução para a questão da taxa, que foi finalmente reduzida ao teto estipulado pela legislação brasileira. Solucionada a questão da taxa administrativa, foi necessário encaminhar a questão da contribuição anual

brasileira para o funcionamento do LPO, que não fora feita em 2017. Tratei o tema diretamente com o Secretário Nacional de Políticas sobre Drogas, em março último. O SENAD indicou que haveria recursos para assegurar a manutenção do Escritório no ano em curso. Espera-se que, tão logo sejam esses recursos desembolsados, torne-se possível definir projetos prioritários para o Brasil e relançar a parceria em bases sustentáveis.

28. Em 2017, foi estendido o mandato do Grupo de Peritos sobre Crime Cibernético, graças a esforço do posto no sentido de aproximar as posições do BRICS e do grupo de países da Europa Ocidental e outros (WEOG). O debate no âmbito do Grupo segue polarizado entre, de um lado, os países favoráveis à universalização da Convenção de Budapeste do Conselho da Europa sobre Crime Cibernético, e, de outro, aqueles que defendem a necessidade de negociação de instrumento multilateral no âmbito das Nações Unidas. Durante meu período à frente do posto, o Brasil manteve seu posicionamento em favor da adoção de instrumento multilateral, mas com postura construtiva, por reconhecer a existência de elementos da convenção europeia que poderiam servir de base para instrumento de caráter universal.

- CND

29. Concluído o processo de negociação da Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre o Problema Mundial das Drogas (UNGASS-2016), no qual a delegação brasileira teve papel central para viabilizar acordo sobre declaração ministerial conjunta que representasse avanço no sentido de enfoque multidisciplinar do tema, com maior atenção à saúde e aos direitos humanos, a CND continuou a refletir a acentuada polarização entre os países no que respeita ao problema mundial das drogas. Em 2017, a Comissão passou a discutir o que deverá ocorrer a partir de 2019, prazo estipulado na Declaração Política e Plano de Ação de 2009 (DPPA) para o cumprimento das metas estabelecidas nesses documentos. Apesar da aprovação de segmento de alto nível para a CND de 2019, ainda não foi possível alcançar acordo a respeito do resultado esperado desse segmento.

- CPCJC/UNCAC/UNTOC

30. Com o engajamento consistente e tecnicamente sólido de diferentes órgãos nacionais, o Brasil tem mantido perfil alto nas sessões anuais da CPCJC e bienais da UNTOC e UNCAC. Com relação aos temas da UNCAC, o Brasil tem defendido a importância de aprofundar a cooperação internacional para garantir a recuperação de ativos em casos de corrupção, não só

em matéria penal, mas também civil e administrativa. Já os trabalhos no âmbito da UNTOC têm sido dominados, desde 2010, pelo debate a respeito da criação de mecanismo de revisão de sua implementação, como já se logrou acordar na UNCAC.

31. Nos temas relativos à aplicação da UNTOC, o Brasil tem desempenhado papel importante nas discussões sobre o Protocolo sobre Armas de Fogo e do Protocolo sobre Tráfico de Pessoas. Em maio último, com a participação de representantes do DPF e do MJ, a delegação brasileira defendeu a importância da cooperação internacional para garantir que as apreensões e rastreamento de armas de fogo contribuam para a identificação e desmantelamento de organizações criminosas envolvidas no tráfico internacional de armas.

UNIDO

32. A UNIDO é agência das Nações Unidas responsável pela promoção do desenvolvimento industrial. O atual diretor-geral, o chinês Li Yong, reeleito em 2017, tem buscado fortalecer a organização dentro do sistema das Nações Unidas. Exemplo do êxito das políticas do diretor-geral foi a inclusão, na Agenda para o Desenvolvimento 2030, de objetivo específico de promoção da industrialização inclusiva e sustentável (ODS 9).

33. Ao assumir a chefia do posto, a principal pendência existente na área multilateral era a dívida do Brasil com a UNIDO, a qual correspondia às contribuições regulares desde 2013, bem como a pagamento de dívida que remontava a 1995. A inadimplência brasileira e a possibilidade de que o Brasil, quarto maior contribuinte da UNIDO, deixasse a organização, eram motivo de preocupação do secretariado. A situação foi encaminhada com o pagamento de parcela expressiva da dívida brasileira (EUR 14,7 milhões, em janeiro de 2017, e EUR 2,8 milhões, em dezembro de 2017, que permitiu ao Brasil recuperar o direito ao voto e voltar a participar nas reuniões do Comitê de Programas e Orçamento (PBC) e da Junta de Desenvolvimento Industrial (IDB). Ao menos parte do saldo em aberto (EUR 10 milhões), deverá ser pago até o final de 2018, para evitar a perda de direito de voto do Brasil.

34. Durante minha gestão, busquei ressaltar a importância de que, além dos projetos da UNIDO em andamento no país, o Brasil busque formas de auferir dividendos por sua participação na organização, mediante a oferta de bens e serviços em programas da UNIDO em terceiros países; o aumento de nacionais brasileiros no secretariado; e a contratação de brasileiros para trabalhar em atividades da organização.

UNOOSA/COPUOS (COMITÊ PARA OS USOS PACÍFICOS DO ESPAÇO EXTERIOR)

35. O Escritório das Nações Unidas para Temas do Espaço Exterior (UNOOSA) exerce a função de secretariado do COPUOS e de seus dois subcomitês (Técnico-Científico e Jurídico). Dirigido, desde 2014, pela italiana Simonetta Di Pippo, que deverá realizar proximamente visita ao Brasil, o UNOOSA tem também a missão de promover a cooperação internacional nos usos pacíficos do espaço. Em cenário caracterizado pela multiplicação de atores espaciais governamentais e privados e pela centralidade das atividades espaciais nas sociedades modernas, o COPUOS precisa reafirmar seu papel de liderança na regulação das atividades espaciais e no fomento da cooperação entre os países. O posto atua na defesa do fortalecimento do Comitê como o foro multilateral das Nações Unidas com mandato para tratar da exploração e dos usos pacíficos do espaço exterior, particularmente com vistas a assegurar os interesses do Brasil na área espacial, por meio da negociação de normas que facilitem a cooperação com outros países e o acesso a tecnologias espaciais. A participação ativa do país no Comitê busca assegurar que o país seja reconhecido como ator relevante na área espacial, cujo valor econômico e estratégico é crescente. O posto tem facilitado a aproximação do UNOOSA com os órgãos do sistema espacial brasileiro, como a AEB, o INPE e o GSI/PR.

36. Nos dias 20 e 21 de junho, terá lugar a conferência UNISPACE+50, que marcará os 50 anos da primeira conferência das Nações Unidas sobre o espaço. Durante o evento, deverá ser endossado projeto de resolução da Assembleia Geral sobre o papel das atividades espaciais como promotoras do desenvolvimento sustentável. A delegação brasileira destacou-se na negociação do documento, o qual reflete as principais preocupações do país.

UNCITRAL

37. Órgão subsidiário da AGNU, a UNCITRAL atua no desenvolvimento do marco jurídico do comércio internacional, por meio da preparação de normas que visam à modernização do direito comercial internacional. Em 2017, o posto acompanhou as reuniões dos cinco grupos de trabalho da UNCITRAL realizadas em Viena, bem como as negociações de textos (leis-modelo, convenções e outros) e guias de implementação.

38. A organização Energia Sustentável para Todos ou SEforAll, com sede em Viena, busca promover a universalização do acesso à energia, o aumento da participação de energias renováveis na matriz energética mundial e da eficiência energética. Suas atividades encontram-se alinhadas com o ODS 7 (acesso à energia). O posto acompanha os eventos da organização, de forma a transmitir informações de interesse do Brasil.

IACA

39. O Brasil foi um dos signatários, em 2010, do acordo constitutivo da Academia Internacional Anticorrupção (IACA). Em coordenação com o MRE, o MT-CGU tem mantido estreito diálogo com a instituição. Em 2016, um dos módulos do mestrado da IACA teve lugar no Brasil.

40. Criada com o objetivo de contribuir para a luta global contra a corrupção, a IACA conta atualmente com 73 membros. Sua atuação é limitada pela falta de previsão orçamentária regular. Ao longo de minha gestão, o posto tem trabalhado em prol de elaboração de proposta orçamentária realista, voltada para a execução das atividades centrais da organização.

SUMÁRIO DE AÇÕES, DIFÍCULDADES ENCONTRADAS E SUGESTÕES PARA O PRÓXIMO CHEFE DE MISSÃO

TEMAS BILATERAIS - AÇÕES REALIZADAS

- V Reunião de Consultas Políticas, Brasil-Áustria, em março de 2017.
- Ampliação do marco institucional: entrada em vigor do Acordo-Quadro de Cooperação nos Domínios da Educação e Educação Superior; conclusão da negociação do Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica; apresentação de contraproposta brasileira de Memorando de Entendimento entre as Academias de Ciências do Brasil e da Áustria; avanço nas negociações do Acordo sobre Cooperação Cultural; perspectiva de assinatura do Acordo sobre Previdência; e confirmação do interesse austríaco em negociar acordo de reconhecimento recíproco e a conversão de carteiras de habilitação.
- Aumento das exportações brasileiras.
- Gestões com vistas a obter o apoio austríaco a candidaturas brasileiras em organismos internacionais.
- Realização de dois consulados itinerantes no estado de Vorarlberg.
- Participação da embaixada em eventos comemorativos do bicentenário do casamento de Dona Leopoldina Habsburgo com o futuro Imperador Dom Pedro I.
- Abertura de espaço cultural brasileiro na residência oficial.

- Realização de concertos de música brasileira.

DIFICULDADES

- As restrições orçamentárias não possibilitaram ao posto participar das principais feiras austriacas com vistas a promover o turismo e produtos brasileiros.

SUGESTÕES PARA A AGENDA DO PRÓXIMO CHEFE DE MISSÃO

- Realização de visita do presidente austriaco e de outras autoridades ao Brasil.
- Agendamento da VI reunião de consultas políticas bilaterais.
- Continuidade do trabalho de ampliação do marco institucional de relações bilaterais.
- Continuidade das parcerias no setor cultural e busca de novos patrocinadores para projetos.
- Estabelecimento de parcerias com a APEX para realizar missões de promoção comercial.

TEMAS MULTILATERAIS - AÇÕES REALIZADAS

- Pagamento de dívida do Brasil com a UNIDO e recuperação do direito de voto.
- Gestões junto ao UNODC que permitiram solucionar pendência relativa à taxa de administração cobrada pelo Escritório.
- Participação nas negociações que permitiram a extensão do mandato do Grupo de Peritos sobre Crime Cibernético.
- Eleição do Brasil à presidência do COPUOS.
- Participação na negociação do projeto de resolução da 73ª. AGNU sobre a UNISPACE+50.

DIFICULDADES

- A lotação do posto (6 diplomatas, além do chefe do posto) tem-se mostrado insuficiente diante da agenda de trabalho, que abrange a relação bilateral com a Áustria, a atividade consular e o acompanhamento das atividades da UNIDO, UNODC, do COPUOS, da UNCITRAL e da IACA, entre outras organizações.
- Restrições orçamentárias.

SUGESTÕES PARA A AGENDA DO PRÓXIMO CHEFE DE MISSÃO

- Regularização da situação do Brasil com a UNIDO.
- Solução de longo prazo para o financiamento do LPO.
- Participação no segmento de alto nível da 62ª sessão da CND.
- Busca de oportunidades para a participação do Brasil em projetos da UNIDO em terceiros países e aumento da presença de nacionais brasileiros nos secretariados dos organismos das Nações Unidas em Viena.

Ricardo Neiva Tavares, Embaixador

